



**Escola Judiciária Eleitoral  
do Rio Grande do Norte  
Celina Guimarães Viana**

## DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

|   |  |
|---|--|
| <b>CURSO CONSULTORIA EM AUDITORIA</b>   |  |
| <b>UNIDADE DEMANDANTE:</b> Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento   |  |
| <b>INTEGRANTE DEMANDANTE:</b> Devânia Araújo de Figueiredo Varela   |  |
| <b>UNIDADE TÉCNICA:</b> Auditoria Interna   |  |
| <b>INTEGRANTE TÉCNICO:</b> Paulinéa Marise Lima de Araújo   |  |
| <b>DESCRIÇÃO DA DEMANDA:</b> curso aprovado no PACD 2023 (PAE 12246/2022) e previsto na proposta do PAC-Aud 2023.                                   |  |
| <b>PERÍODO DE EXECUÇÃO:</b> Abril/2023  |  |
| <b>Dotação Orçamentária</b><br><b>(X)</b> Demanda de CAPACITAÇÃO prevista no PACD 2023.   | <b>Objeto trata-se de:</b><br><b>(X)</b> Prestação de Serviço não continuado |
| <b>Previsão de despesa constante no PACD ou valor estimado em pesquisa de mercado:</b> R\$ 7.200,90 (sete mil e duzentos reais e noventa centavos). |  |

| Justificativa da necessidade da contratação   |
|---|
| <p>Com base em normas e práticas internacionais sobre a atuação da área de auditoria, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceu princípios, conceitos e requisitos fundamentais para a prática profissional da atividade de auditoria interna governamental no âmbito do Poder Judiciário, por meio da Resolução n.º 309, de 11.03.2020.</p> <p>Dentre as diretrizes técnicas aprovadas pela Resolução, o CNJ também regulamenta a atividade de CONSULTORIA (aconselhamento, assessoria, treinamento e serviços relacionados) a ser prestada pela auditoria interna, sem que o auditor interno pratique nenhum ato de gestão, de responsabilidade da administração ou da unidade auditada.</p> <p>No âmbito do TRE-RN, foram atendidos alguns pedidos de Consulta Administrativa na gestão 2018-2020, a partir de estudos internos por iniciativa da própria área, em razão da ausência de capacitação prévia sobre o processo de trabalho CONSULTORIA. No entanto, mesmo com a experiência na prestação do serviço às unidades consulentes, inúmeras dúvidas de caráter procedimental remanescem, sobretudo em relação aos modelos de papéis de trabalho a serem desenvolvidos e utilizados e aos limites de atuação de auditores e auditoras, de maneira a mitigar o risco de comprometimento da necessária objetividade desta área em futuras avaliações de auditoria, nas temáticas e processos de trabalho das unidades consulentes atendidas anteriormente.</p> <p>Convém, ainda, ressaltar que, com base nas novas diretrizes técnicas para a área de auditoria interna introduzidas pelo CNJ, foram publicadas no âmbito deste Tribunal as Resoluções n.ºs 21 e 22/2020, que instituem, respectivamente, o Estatuto da Auditoria Interna e o Código de Ética da Unidade, ambos os instrumentos abrangendo a prestação do serviço de CONSULTORIA.</p> |



## Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Norte Celina Guimarães Viana

Em relação à proficiência dos autores internos, importa destacar que, dentre as Normas e Orientações da Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (*International Professional Practices Framework* - IPPF), base conceitual que organiza as informações oficiais promulgadas pelo Instituto de Auditores Internos (*The Institute of Internal Auditors*), a de número 1210 estabelece que:

**Os auditores internos devem possuir o conhecimento, as habilidades e outras competências necessárias ao desempenho de suas responsabilidades individuais.** A atividade de auditoria interna deve possuir, ou obter, coletivamente o conhecimento, as habilidades e outras competências necessárias ao desempenho de suas responsabilidades. **(grifo acrescido)**

Nesse sentido, a boa qualidade do trabalho do(a) auditor(a), que depende de um conjunto significativo de conhecimentos e habilidades, contribui para a melhoria da gestão e da governança, para a prevenção de irregularidades, para a promoção da transparência, para o aperfeiçoamento dos controles internos e para a consequente mitigação de riscos que possam afetar o alcance dos objetivos institucionais estabelecidos, buscando adicionar valor a partir da avaliação da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança.

Por fim, por meio do PAE n.º 13224/2022, remetido à Auditoria Interna em 24.01.2023, está sendo demandada a prestação de serviço de CONSULTORIA em processo de trabalho crítico para o Tribunal, tendo sido determinada a sua realização no primeiro trimestre de 2023.

Assim, diante do conjunto de diretrizes técnicas sobre CONSULTORIA introduzidas pelo CNJ, de lacunas de conhecimento existentes em relação ao tema e da recente demanda institucional acima mencionada, torna-se indispensável e urgente a participação dos servidores e servidoras desta área de atuação em curso de capacitação sobre a referida atividade, com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade, sob pena de prejuízo ao cumprimento da missão da auditoria interna.

### Objetivos Estratégicos relacionados

S.4 Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais - Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à contribuição para a probidade administrativa, priorizando a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público.

PI.2 Promoção da integridade e da ética - Diz respeito ao comportamento da organização e dos agentes públicos, referindo-se à sua adesão e atuação funcional consistente com os valores, princípios e normas éticas institucionais.

PI.3 Aprimoramento da governança institucional - Refere-se à consolidação e ao aperfeiçoamento dos mecanismos de liderança, estratégia e controle, bem como à adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos, de comunicação da estratégia, de gestão documental, simplificação de processos organizacionais, de gestão de projetos estatísticas, para assegurar a desburocratização, a eficiência operacional e a entrega de valor público à sociedade. Vinculado a este macrodesafio, merece destaque a iniciativa estratégica "fortalecer o sistema de auditoria interna" (PI3.3).

### Metas do Planejamento Estratégico

O atendimento da demanda contribuirá, de forma direta ou indireta, para o cumprimento das metas do Plano Estratégico da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte (PEJERN) 2021-2026, estabelecidas por meio dos indicadores a seguir relacionados:



*Escola Judiciária Eleitoral  
do Rio Grande do Norte*  
**Celina Guimarães Viana**

IE6.1 Índice de cumprimento de recomendações externas  
IE6.2 Índice de cumprimento de recomendações internas  
IE6.3 Índice de aplicação da gestão de riscos em processos críticos  
IE6.4 Índice de governança pública nos eixos Liderança, Estratégia e Controle  
IE7.1 Índice de ações de promoção da integridade

Natal, 14 de fevereiro de 2023.

DEVANIA ARAUJO  
DE FIGUEIREDO  
VARELLA:300024582

Assinado de forma digital por  
DEVANIA ARAUJO DE  
FIGUEIREDO  
VARELLA:300024582  
Dados: 2023.02.14 16:00:21  
-03'00'

Devânia Araújo de Figueiredo Varella  
Titular do Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento/GAPEJE  
**Integrante Demandante**

PAULINEA MARISE  
LIMA DE  
ARAUJO:30024331

Assinado de forma digital por  
PAULINEA MARISE LIMA DE  
ARAUJO:30024331  
Dados: 2023.02.14 16:03:06  
-03'00'

Paulinéa Marise Lima de Araújo  
Dirigente da Auditoria Interna/PRES  
**Integrante Técnico**